

Greve na Unicamp contra nova autarquia tem adesão de 30%

Durante a manhã, trabalhadores realizaram uma passeata dentro do campus

Por Moara Semeghini

Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) iniciaram uma greve na manhã desta segunda-feira (15), em protesto contra a proposta da reitoria de alterar o modelo de gestão do complexo hospitalar da universidade. A paralisação ocorre na véspera da reunião do Conselho Universitário (Consu), marcada para esta terça-feira (16), que deve analisar o projeto de criação de uma autarquia para a área da saúde. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), cerca de 30% dos profissionais do setor aderiram ao movimento. A entidade afirma que as equipes estão se revezando para assegurar a continuidade dos atendimentos essenciais, conforme determina a legislação.

Durante a manhã, trabalhadores realizaram uma passeata dentro do campus, com faixas e carro de som, para chamar a atenção da comunidade acadêmica e da sociedade para os riscos que, segundo eles, estão associados ao novo modelo de gestão. A greve foi aprovada em assembleia realizada no dia 11 de dezembro e tem duração prevista de 48 horas. Após a reunião do Consu, o comando de greve deve reavaliar os rumos da mobilização.

O diretor do STU, Toninho



Caius Lucilius/HC Unicamp

Área interna do HC da Unicamp: criação de autarquia da saúde da Unicamp será votado

Alves, afirmou que o primeiro dia de paralisação cumpriu o objetivo de dar visibilidade à insatisfação da categoria. “O primeiro dia de greve atingiu o objetivo de mostrar a insatisfação dos trabalhadores da área da saúde da Unicamp. Amanhã ampliaremos a adesão à greve contra a proposta de autarquização”, afirmou. O sindicato convocou um novo ato para esta terça-feira (16), às 9h, em frente à Reitoria e ao prédio do Consu. “Convidamos todos a participar do ato contra a autarquização da área da saúde da Unicamp”, afirmou Toninho. Segundo o sindicato, os principais impactos da paralisação ocorrem

nos ambulatorios e nas cirurgias eletivas. Já o Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp informou, em nota, que mantém o funcionamento normal de todas as atividades assistenciais, tanto eletivas quanto de urgência. A reitoria da Unicamp declarou que não há paralisação das atividades acadêmicas e administrativas na universidade e que respeita as diferentes formas de manifestação.

Críticas

“Nós não queremos a autarquização na área de saúde”, declarou Toninho Alves. Segundo o dirigente sindical, a proposta foi apresentada sem tempo ade-

quado para debate com a comunidade universitária. Ele afirma que o projeto chegou em novembro e já estava previsto para votação no início de dezembro, sendo retirado de pauta e recolocado para deliberação agora, no dia 16. “Não houve discussão suficiente”, avalia.

Entre as principais preocupações do sindicato estão os impactos sobre os vínculos trabalhistas. Toninho aponta que trabalhadores terceirizados ligados à Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp) não teriam garantia de absorção pela nova autarquia. “Esses profissionais teriam que pedir demissão e se

submeter a um novo processo seletivo”, afirma. No caso dos servidores concursados, o sindicato teme prejuízos à progressão na carreira e à manutenção de direitos. Segundo Toninho, o modelo prevê que esses trabalhadores sejam cedidos à autarquia, o que pode resultar em estagnação funcional e insegurança jurídica. Ele também critica a possibilidade de ampliação de contratações via Pessoa Jurídica (PJ), temporárias ou terceirizadas.

Reitoria

Em entrevista à TV Unicamp, o reitor Paulo Cesar Montagner disse que a proposta é uma resposta para o reequilíbrio orçamentário da universidade e que o orçamento para 2026 prevê o uso de R\$ 890,8 milhões da reserva, e a área da saúde consome cerca de R\$ 1,1 bilhão. “A saúde é fundamental para a região, mas precisa de investimentos. É difícil sustentar um hospital dessa natureza apenas com o orçamento da universidade”, afirmou o reitor, que garantiu que o projeto preserva os direitos dos trabalhadores e mantém o atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde. A proposta será analisada pelo Conselho Universitário nesta terça (16). Caso aprovada, seguirá ao Governo do Estado e será votada pela Assembleia Legislativa de São Paulo.

Justiça derruba liminar e servidores vão receber vale-alimentação

Moara Semeghini

A Justiça de São Paulo derrubou a liminar que suspendia o pagamento do 13º vale-alimentação aos servidores ativos da Prefeitura de Campinas e do auxílio-nutricional destinado a aposentados e pensionistas. A decisão ocorreu após recurso da Prefeitura e afastou, ao menos temporariamente, o risco de paralisação dos serviços públicos no município. A suspensão dos benefícios havia levado os servidores municipais a decretarem estado de greve. A mobilização foi aprovada por ampla maioria em assembleia geral extraordinária, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal. Segundo o sindicato, a categoria estava preparada para deflagrar uma paralisação caso os valo-

res não fossem pagos. “Temos condições de preparar a maior greve da história de Campinas. Nossa categoria está mobilizada e não vai aceitar retirada de direitos”, afirmou o coordenador do STMC, Tadeu Cohen. Os benefícios haviam sido interrompidos após decisão liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), o que gerou reação imediata dos trabalhadores. De acordo com o sindicato, os direitos ao 13º vale-alimentação e ao auxílio-nutricional foram conquistados em campanhas salariais, incorporados à legislação municipal e aprovados pela Câmara de Vereadores. Outro coordenador do STMC, Lourival Valeriano de Souza, afirmou que a categoria enfrenta ataques em diferentes frentes. “Os servidores públicos estão sofrendo sucessivas tenta-



Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

Com decisão, trabalhadores receberão benefícios esta semana

tivas de retirada de direitos históricos”, disse. O Departamento Jurídico do STMC sustentou que os valores têm previsão orçamentária e configuram direito adquirido. Segundo a entidade, a interrupção dos pagamentos ocorreu de forma unilateral e sem respaldo legal suficiente.

Antes da derrubada da liminar, o sindicato também criticava a atuação da Procuradoria do Município, que, na avaliação da entidade, não teria adotado inicialmente todas as medidas necessárias para reverter a decisão judicial com a urgência exigida pelo caso. A advogada do STMC, Kátia Gomide, chegou a afirmar que o sindicato avaliava levar o caso à Organização Internacional do Trabalho, denunciando o que classificou como violação de direitos trabalhistas.